

Mauro Santayana

maurosantayana@jb.com.br

Coisas da Política



Para que serve o Senado

RECOMENDA-SE AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO que institua a disciplina de estudos políticos, da escola elementar aos cursos universitários. O bom conhecimento da Constituição e dos sistemas de governo é necessário aos cidadãos. Não se confunda isso com os cursos universitários de ciência política, destinados a formar minoria de professores e consultores políticos. Devemos construir cidadãos, sem os quais a representação política será sempre precária.

Ainda agora surgiu – e houve boa reação de parte de alguns parlamentares – a idéia estapafúrdia de extinguir-se o Senado. Usa-se, como pretexto, a situação atual da câmara federativa, que acolhe alguns representantes acusados de falta de decoro, quando não de atos ainda mais graves. O Senado não é exceção no sistema representativo brasileiro. Em todas as casas parlamentares, das câmaras municipais ao Congresso, é visível a erosão da qualidade intelectual e ética de seus membros. As circunstâncias, nossas e do mundo, com a predominância da razão dos mercados sobre a convivência social, fizeram delir o caráter desses colégios políticos, a partir das comunidades menores. Por mais houvesse, no passado, os que reclamassem – como na famosa objurgatória de Ruy – contra a carência da honra nos negócios políticos, é evidente que hoje há menos pudor do que antes.

Não podemos usar, na vida política, a famosa metáfora do sofá. Se considerássemos que a extinção do Senado resolveria a situação, sempre restaria a Câmara dos Deputados, de representação seis vezes maior, o que favorece a dissimulação das falcaturas e a discrição dos medíocres. Sem parlamentos não há democracia. E só os que não sabem o que são os grilhões e coleiras da tirania preferem as ditaduras. O problema, assim, não é o dessas instituições,

mas daqueles que, sob a influência do poder econômico, escolhemos para compô-las.

Há, sem embargo, algo mais sério nessa proposta de extinção do Senado. A nossa câmara alta não é simplesmente revisora.

Uma república unicameral seria uma aberração constitucional

Tal como o Senado norte-americano, ela tem a função principal de representar os Estados. Se também lá se registram distorções, elas se devem, como aqui, ao poder das corporações econômicas. Ao representar as unidades federadas, os senadores têm a missão de defendê-las contra a exacerbação do poder central, que estiola a federação.

Os norte-americanos entenderam que, sem uma representação eqüitativa que a ela se contrapusesse, a Câmara dos Deputados seria dominada pelos Estados de maior população, que (na base de *one man, one vote*) elegem as bancadas mais numerosas, e assim, dominariam a República. O fim do Senado só pode interessar a São Paulo, o Estado mais rico e mais populoso do país.

O Senado, no Brasil, vem perdendo a antiga solenidade, de eleição em eleição – isso sem falar na grotesca e ilegítima presença dos suplentes. De acordo com a Constituição de 1946, a sua presidência era exercida pelo vice-presidente da República. O objetivo dos constituintes foi o de lhe atribuir a arbitragem republicana entre os representantes dos Estados, evitando que, mesmo simbolicamente, uma unidade federada se sobrepusesse às outras.

No fundo se encontram os centralizadores e totalitários do PT, com Berzoini à frente, e aliados de outras siglas. O fim do Senado seria o fim da Federação. Uma república federativa unicameral constituiria aberração constitucional desconhecida nos sistemas democráticos modernos. Mas o que os senadores e deputados, em sua maioria, sabem sobre Estado, Federação, parlamentos, democracia representativa?

Enfim, não interessa aos poderes de fato que tenhamos cidadãos, desde que tenhamos eleitores. E eleitos sob encomenda.